

# ESTRUTURAS DE DOMINAÇÃO DE ESPANHA DA CONQUISTA

M.<sup>a</sup> TERESA TORIBIO B. LEMOS  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

O presente trabalho é parte introdutória da pesquisa que está sendo realizada sob minha direção, intitulada «A Conquista do México pela óptica dos Cronistas do Século XVI»<sup>1</sup>. Seu objetivo é a reconstrução do imaginário do homem da Conquista entendido em sua totalidade. Para isso torna-se necessário conhecer o contexto em que ele viveu e entender seu pensamento e assim evitamos qualificações a priori. E conhecer a Espanha da Conquista é também tarefa fundamental para se identificar e compreender as estruturas mentais dessa época.

## CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS SOBRE ESTADO NACIONAL.

A constituição do Estado Nacional europeu é uma questão complexa, pois implica no conhecimento particular de cada nação por ocasião de sua estruturacão em Estado. En quanto desapareciam o espírito e as razões de ser do Feudalismo, despertava-se a consciência nacional. Com ela surgiu a necessidade de se definir o Estado e implicitamente o princípio de uma administração desvinculada de laços individuais.

A idéia de nação era estranha ao mundo feudal porque a sociedade reconhecia apenas as relações de lealdade e fidelidade que os homens deviam aos seus senhores. Mas o declínio do feudalismo e as crises religiosas associados à concorrência econômica proporcionaram a constituição de grupos nacionais. Os laços que ligavam esses grupos ao rei tornaram-se cada vez mais fortes que os laços vassálicos, enquanto mercadores, por sua vez agruparam-se em «nações» organizadas para defenderem seus interesses comuns. E em todas as praças comerciais tornou-se comun encontrar comerciantes com sua casa, seu cônsul, geralmente eleito, sua própria justiça e seus privilégios.

Para acentuar aquele espírito de nação muito contribuiu o desenvolvimento das línguas nacionais. Afonso X, por exemplo, impôs, desde o século XIII, o castelhano como língua oficial. O mesmo ocorreu com a igreja e as cortes principescas que sentiram a necessidade de escrever e falar na «língua vulgar», pois os bispos ou curas, para serem nomeados, eram obrigados a falar língua local. O sentimento nacional tornou-se a base da evolução linguística.

Outro aspecto fundamental para essa transformação, resgatado ao Direito Romano, consistiu na idéia de um Estado abstrato. A noção de «coisa publica» tinha se tornado estranha na sociedade feudal. Os juristas e legistas do século XIII

---

1. Projeto de Pesquisa «A Conquista o México pela óptica dos Cronistas do Século XVI», em anexo.

restauraram esse sentido de «coisa pública», quando se tornou preciso fortalecer a realeza. E assim encontramos no jurista inglês Bracton o conceito de poder real. Para ele, «o rei não deve estar submetido a nenhum outro homem, mas unicamente a Deus e à lei, porque a Lei faz o rei». Da mesma forma, juristas franceses reafirmaram que «o rei é soberano sobre as coisas temporais»<sup>2</sup>.

O soberano já não é o senhor dos senhores. Seu poder não depende nem da aprovação antecipada de seus vassalos nem da confrontação da autoridade. O rei não é mais apenas o chefe feudal. É o representante de Deus à cabeça de um Estado. E esse poder real virá variar entre as nações de acordo com o seu processo histórico<sup>3</sup>.

O poder do rei repousa na noção de realizar a vontade geral e de providenciar o bem geral. O rei trabalha para o «benefício comum». Tudo que agrada ao rei tem força de lei, na medida em que seus éditos estejam de acordo com o bem público. Dessa maneira o rei não é senhor de seu poder, não pode dispor dele como seu patrimônio. Pode derogar costumes, mas não modificá-los. O domínio real é o domínio da coroa e como tal não é alienável pelo rei, que não é mais que seu depositário, responsável perante a coroa pela conservação e aumento deste domínio<sup>4</sup>.

A Península Ibérica apresenta uma especificade à parte. Nos Reinos Ibéricos o sentimento nacional só existia quando se tratava de lutar pelos mesmos objetivos, como ocorreu durante as guerras travadas contra os mouros, sobretudo na fase da Reconquista. Existiam um nacionalismo catalão e um particularismo do Algarve, mas não uma consciência espanhola.

O poder do rei era diferente em cada um dos reinos que possuía, assim como eram distintas as condições de uma coordenação política. O rei de Aragão era igualmente rei de Valença, da Sicília, da Córsega e da Sardenha como Conde de Barcelona. Reunir esses reinos numa única assembleia era impossível, pois seus interesses econômicos eram opostos. A princípio, a política unificadora dos reis de Castela, Leão, Galizia, Toledo, Sevilha, Córdova, Múrcia, Jaen e Algarve reunia, numa única assembleia, os representantes das três ordens dos seus diferentes reinos. No entanto, em 1301 foi impossível continuar essa prática, pois não atendia aos interesses particulares de cada reino.

Deve-se assinalar o caráter demasiado feudal das monarquias espanholas. O rei de Aragão não podia escolher livremente seus conseleiros. Em Castela, a frequência das crises de sucessão reforçou o poder da aristocracia. No final do

---

2. Favier, Jean, ob. cit., p. 169 «O rei é soberano sobre as coisas temporais», está escrito nos *Établissements de saint Louis*, e o bailio Beaumoir, homem experiente e funcionário real ao mesmo tempo que compilador de costumes, precisa: «o rei da França é soberno sobre tudo», Apud Favier, J., ob. cit. p. 169.

3. O rei da França, por exemplo, é privilegiado, pois recebeu na sagração a unção própria dos bispos. Tornou-se rapidamente a primeira individualidade eclesiástica do reino, segundo Jovenel des Ursins. Apareceu como o protetor natural da Igreja. Os legistas de Felipe, o Belo estabeleceram-lhe o direito de julgar a pessoa do Papa, enquanto os juristas do Império elaboraram a teoria do poder temporal diretamente recebido de Deus pelo Imperador, idem, ob. cit. p. 172.

4. Ibidem, p. 172.

século XV Isabel precisou recorrer à Inquisição para pressionar a nobreza feudal e poder governar.

O herdeiro do reino aragão, Fernando, casou-se em 1469 com a Infanta Isabel de Castela, contrariando e desobedecendo o poder de Henrique IV, o Impotente, que imediatamente a deserdou e criou uma grave crise dinástica. Em 1478, após lutas sangrentas, Isabel foi aclamada Rainha de Castela pelas Cortes. No ano seguinte, Fernando tornou-se o rei de Aragão. Contudo, não declaram seu reino unido, mantendo a administração, finanças e justiça distintas. Consevaram seus particularismos, à exceção das ações diplomáticas e militares. Morales Padrón expõe claramente essa situação, quando afirma que a Espanha «como tal não existia ainda, pois havia uma união sem fusão. A união de Castela e Aragão não chegou nunca a significar fusão moral e política, porém implicou uma solidariedade, uma ampliação da base territorial, um internacionalismo e uma colaboração material que, junto ao grande prestígio moral dos Reis Católicos, favoreceu a gesta americana»<sup>5</sup>.

Sobre a questão do Estado, textos espanhóis dos séculos XV e XVI denominam «estado real» a parte do corpo político e de sua organização relacionada aos princípios e à sua estrutura de poder. Somente passou a qualificá-lo como «Estado» quando a instância do poder se objetiva.

Os documentos do período dos Reis Católicos apresentam com frequência a expressão «nosso real Estado» e quando são expressados pelos súditos tratam de «real estado» de Vossas Majestades. Os textos do cronista Alfonso de Palencia, do infante Don Pedro de Portugal, Alfonso Ortiz e Hernando de Pulgar se referem com certa continuidade a essa expressão. Essa documentação testemunha uma fase intermediária da evolução para o Estado Nacional<sup>6</sup>.

Hernando de Pulgar, citado por Maravall, menciona o «estado do rei» ao referir-se ao rei Don Henrique em sua obra *Claros varones de Castilla*, aludindo ao que caracteriza como a condição de príncipe soberano em uma sociedade constituída em corpo da República. Em documentos de Felipe II existem alguns exemplos desta expressão, na medida em que se conserva o valor tradicional da palavra no sentido de domínio de um senhor. Isto significa que um novo sentido vai se constituído, e tornando essa expressão equivalente ao conceito de um corpo político organizado e objetivado em um conjunto institucional.

Nas primeiras décadas do século XVI observ-se com relativa frequência a expressão «matérias de Estado e governo», usadas em 1543 por Carlos V nas Instruções a seu filho, o príncipe Felipe. E, no final do século XVI, um conselheiro do rei Felipe II, Don Cérdan de Tallada, definiu o Estado da seguinte maneira: «O Estado, segundo seu próprio significado, é uma coisa firme, estável e que permanece». Sugerindo com isso a existência de estruturas permanentes e contínuas de dominação.

Mas aquele novo conceito ganhou precisão quando usado por Bodin pra sistematizar as diferenças entre Estado e Governo. Entre os bodinistas espanhóis

---

5. Morales Padrón, F., ob. cit. p. 18.

6. Maravall, J. A., ob. cit., p. 15, vol. I.

o novo conceito foi bastante aplicado, mas nem todos entenderam essa distinção. Há exemplos, como os trabalhos de Ramírez de Prado, citado por Maravall, e que apenas repetem a tradução castelhana de Bodin feita por Añastro. O que se percebe é a falta de clareza nesses conceitos emitidos pelos bodinistas. Outros autores, como Tova e Valderrama, expõem de forma sistemática essa dualidade, ao afirmarem que, além do príncipe e de sua ação de governo, há por trás de tudo outra coisa que se traduz na organização política de um povo como a comunidade, algo assim como a construção em que se assentam a acção do poder e as relações deste como os grupos e com os indivíduos, na coexistência organizada de um povo<sup>7</sup>.

Antes de ser atingido o conceito de Estado, essa realidade política passou por diferentes etapas, como cidade, reino e república, entre outras. Todas essas mudanças, desde as de ordem política, no sentido mais restrito do termo, às sociais, econômicas, jurídicas, militares e culturais, ocorreram na Europa Ocidental nos primórdios dos Tempos Modernos. Todas as transformações entre os séculos XV e XVI, em diferentes esferas da sociedade, trouxeram no seu bojo a questão do Estado como forma moderna de agrupação política. Múltiplos foram os fatores que contribuíram para a consolidação do Estado, e entre eles podemos destacar a revolução comercial responsável pelo desenvolvimento do capitalismo e que dinamizou todos os setores da sociedade moderna. Ainda no século XVI não podemos caracterizar um absolutismo *stricto sensu*, pois a centralização efetiva e seu carácter hereditário serão posteriores<sup>8</sup>.

## CONTEXTO HISTÓRICO DA ESPANHA DA CONQUISTA.

As relações feudais agrárias, assentadas nas formas rígidas do século XIV, paralisaram o desenvolvimento da economia castelhana-leonesa. A persistência da servidão prejudicou a dinâmica da burguesia na sua sede de transformação. Para que uma nova ordem fosse instalada não bastava que a burguesia se opusesse ao castelo senhorial: era imprescindível que se projetasse para o campo, rompendo as barreiras da vida rural, para transformar-la. Mas essa tarefa era praticamente impossível, devido ao poder dos senhores da terra de Castela. No entanto, foi bastante significativa a atuação da burguesia nos municípios, fomentando insurreições nos servos com a finalidade de impulsionar as transformações que conduziriam a unidade nacional e ao absolutismo monárquico. Os nobres, a Igreja e os mosteiros monopolizavam as terras de Castela.

Desde meados do século XIV a população e os servos rebeldes, pressionados pela nobreza, procuravam apoio no rei e depositavam suas esperanças na força dele. Acossado pela nobreza individualista e despótica, o monarca tentava ampliar seu poder contando com a simpatia da população explorada. Essa situação torna-se nítida em Castela quando Don Pedro I (1350-1369), também chamado de cruel

---

7. Idem, p. 17.

8. Idem, p. 21.

pelos senhores e de justiciero pelo povo, e Pedro IV de Aragão (1335-1387) combateram a nobreza e protegeram os servos miseráveis.

A classe servil foi bastante significativa, tanto antes como durante a ocupação pelos árabes. Embora constituindo uma exceção, os camponeses livres encontravam-se numa situação precária e não demorou muito para serem reduzidos à servidão.

Nesse contexto, o fato novo foi a expansão da economia mercantil. Os servos passaram a lutar pela liberdade e o progresso das cidades afrouxou os vínculos de dependência. As mudanças não foram acentuadas. Os servos deixaram de ser servos da gleba, presos à terra por toda a vida e passaram a ser servos de um senhor pela graça de Deus e obrigados prestar-lhe serviços. Não houve um grande salto revolucionário, nem um processo de expropriação da terra, caminho para se atingir a destruição definitiva do regime de exploração feudal, como aborda Rodolfo Puiggrós. O poder da nobreza feudal se propingou quando assegurou ao servo uma situação imediata à da plea liberdade.

No final do século XV Castela não conseguiu absorver as transformações decorrentes das mudanças provocadas pela economia monetária que afetaram tanto a coroa quanto a igreja. Essas duas instituições de poder ficaram sem condições de se manter apenas com os tributos diretos de uma economia natural extraída dos feudos. Tanto a monarquia quanto o Papado dependiam cada vez mais do dinheiro para suportar as despesas com a manutenção do poder. Entende-se assim porque os aragoneses e com eles os comerciantes do Mediterrâneo negociaram com Castela o descobrimento do caminho para as ilhas e costa do Oriente asiático<sup>9</sup>.

Deve-se assinalar que a burguesia aragonesa contava com uma posição bastante desvantajosa no Mediterrâneo Oriental e Central. Não podia, portanto, perder a oportunidade que se apresentava, com a união de seu rei à rainha de Castela, de incrementar as atividades econômicas. Também deve-se considerar que Fernando era o monarca de maior poder na Itália, como rei da Sicília e Nápoles. Pode-se entender dessa maneira porque o projeto de Colombo transcendeu às necessidades da burguesia de Aragão e estendeu-se aos interesses dos comerciantes e banqueiros italianos.

Os genoveses, que já se beneficiavam do comércio com os árabes, possuíam bancos em Cartagena, Alicante e Valência e dispunham de estabelecimentos comerciais em Mallorca, exportavam grande parte da produção da Andaluzia e tinham o direito de traficar livremente em Barcelona. Os florentinos compravam da Espanha a fina para confecção de tecidos. Deve-se lembrar que o banqueiro Juanoto Berardi foi quem hospedou Colombo em sua casa e foi o contato do navegador com a corte espanhola. O apoio da burguesia comercial e dos banqueiros ao projeto de Colombo induziu a rainha a prestigiá-lo, pois as perspectivas de um retorno econômico favorável a Castela pareciam evidentes, na mesma época em que Castela, após expulsar os árabes, podia contar com avanços significativos no norte da África, conquistando mercados importantes aos islamicos nesta região. Mas o descobrimento da América e a nova realidade econômica fizeram Castela voltar-se para o Novo Mundo com maior ímpeto.

---

9. Puiggrós, R. ob. cit., p. 82.

A conquista da América contribuiu para uma brusca mudança na evolução da organização da monarquia espanhola. A burguesia, predominantemente aragonesa, não foi bastante forte para estender o comércio para as novas terras descobertas. Isso se deveu às condições jurídicas que serviram para organizar os reinos espanhóis e especialmente pela forma como Castela se uniu a Aragão, como já discorreremos anteriormente, isto é, a situação de uma união sem fusão. Segundo Rodolfo Puiggrós, a burguesia espanhola, ao promover a empresa de Colombo, lavrou sua própria ruína, pois a nobreza castelhana, sem sair de seu reino, foi a maior beneficiada. Recebeu as vantagens da conquista, obra de fidalgos, plebeus e missionários.

Puiggrós acentua que Fernando de Aragão personificou o fracasso da decadência da economia do Mediterrâneo. Desde o início de seu matrimônio com Isabel foi rejeitado pela nobreza de Castela, em quanto a própria situação jurídica de seus reinos, de não se fundir as de Castela e manter sua autonomia, alijara-o do processo de conquista e exploração de novas terras. Juridicamente as terras descobertas pertenciam a Castela e a Recopilación de las Indias de 1519 vai apresentar os «Justos títulos da Conquista» - as índias são uma propriedade inalienável de Castela. A própria Isabel, para atrair a nobreza de seu reino e evitar movimentos sediciosos, vai promover a participação dos grandes senhores feudais nas gestões do Novo Mundo.

Isabel violou tanto a Capitulação de Santa Fé (defendida pelo filho de Colombo como prova de que o Novo Mundo havia sido descoberto para os reinos de Castela e Aragão) quanto o Tratado de Tordesilhas, que estabelecia com clareza o domínio das terras descobertas a oeste da linha traçada para «o rei e a rainha de Castela e Aragão e seus herdeiros».

Dessa forma, o reino de Aragão ficou despojado de uma herança a que tinha direito, como também por ter partido dele a iniciativa de apoiar o projeto de Colombo, bem como a própria redação da Capitulação de Santa Fé. O testamento de Isabel selou o triunfo de Castela e a derrota da burguesia catalão-aragonesa pela nobreza castelhana<sup>10</sup>.

O avanço das forças mercantis da Espanha ficou contido pelo fortalecimento das estruturas feudais que dominaram Castela. O Novo Mundo surgiu como uma perspectiva que se tornou realidade para «uma nova Cruzada em território de infiéis, e de um continente gigantesco onde a espada e a cruz encontraram um amplo campo de acção<sup>11</sup>.

---

10. Nos documentos firmados por Isabel em relação a América nunca faltava a expressão «estos nuestros reinos de Castilla y León», com exclusão implícita, quando não explícita do resto da Espanha. Trechos de seu testamento «Por quanto las Islas é Tierra firme del mar Oceano, é islas de Canarias, fueron descubiertas, e conquistadas á costo destes mis Reinos (sic), é con los naturales dellos y por esto es razón que el trato é provecho dellas se aya, é trate, é negocie destes mis Reynos de Castilla y de León, y en ellos, y a ellos venga todos lo que dellas se traxera; por ende ordeno, e mando que assise cumpla que fasta aqui sean descubiertas, como en las que se descubrirán de aqui adelante en otra parte alguna», Apud, Puiggrós, R. ob. cit., p. 114.

11. Idem, ob. cit., p. 115.

## A ESPANHA E A CONQUISTA.

Em relação ao projecto de Colombo de viajar para o Ocidente a fim de encontrar o Oriente e com isso abrir um novo caminho para a burguesia espanhola, deve-se assinalar que nessa proposta Colombo não estava imbuído de dogmas teológicos, como também o êxito de sua viagem não deve ser atribuído unicamente à proteção de Isabel de Castela.

Torna-se importante acentuar a importância de Aragão nesse contexto, bem como o interesse utilitário do rei. Segundo Rodolfo Puiggrós, custa crer que Isabel, rainha católica e extremamente fanática, ousasse desafiar a categórica oposição das autoridades eclesiásticas e apoiar um empreendimento que a Igreja condenava, pois julgava que atentava contra os livros sagrados. Para reforçar tal posição, deve-se assinalar que a empresa de Colombo não contava com religiosos a bordo.

Além disso, a Junta de Salamanca, que reunia os teólogos e altos dignatários eclesiásticos, descartou o projeto de Colombo, justamente por trazer citações que combatiam textos da Bíblia de San Agustin e demais padres da Igreja que negavam a esfericidade da terra. A Igreja refutava e considerava demoníaca a descrição da forma da terra feita pela Escola de Alexandria e modelada pelo antiquíssimo astrolábio, como noticiou Ptolomeu em sua obra «Geographique Uphemogenesis» no século II.

A participação de aragoneses e catalões na empresa de Colombo pode ser atestada através das gestões, preparativos e financiamento das expedições que descobriram a América. O cosmógrafo catalão Jaume Ferre de Blanes indicou a Colombo o itinerário que ele deveria seguir, enquanto as articulações de Luis de Santángel, tesoureiro da rainha Isabel, descendente do rabino Azarias Ginisillo, foram importantes para que a rainha aceitasse o plano de Colombo.

As pressões sobre os reis católicos foram intensas por parte dos grandes comerciantes dos portos do Mediterrâneo, que contaram com a colaboração de funcionários e também de sacerdotes, até que venceram a resistência dos grandes senhores do alto clero de Castela. O Reino de Aragão não contava com autonomia para proporcionar por sua conta essa empresa, pois achava-se atado a Castela, cujo poder estava concentrado na nobreza feudal, que não apoiaria qualquer projeto aragoês. Deve-se assinalar que as Capitulações de Santa Fé, que deram a Colombo plenos poderes sobre as terras descobertas, forma redigidas por Juan de Coloma, aragonês, apoiado por Luís de Santágel. Essa participação de súditos aragoneses vincula, no processo dos descobrimentos, os interesses particulares de ambos os reinos espanhóis.

Pode-se entender as condições que desviaram a Espanha do curso normal de seu autodesenvolvimento através do exame da trajetória histórica do país, marcada por fatos exógenos à sua estrutura. Rodolfo Puiggrós atenta para o fato de que, por duas vezes, causas externas contribuíram para o seu retrocesso econômico. Uma delas foi a invasão islâmica no século VIII e a segunda no século XV com a descoberta do Novo Mundo.

Em janeiro de 1492 o exército castelhano determinou o fim do domínio islâmico na Península Ibérica. Esse fato tornou Castela líder na luta pela expansão

da fé e prestigiada pela cristandade. Nesse contexto histórico foi descoberto o Novo Mundo e sua conquista significou para a Espanha do século XV « a última Cruzada». Na realidade, as índias longínquas, tornaram-se o prolongamento das Cruzadas castelhanas contra os infiéis. Só que não se tratava agora das Cruzadas castelhanas contra os infiéis. Só que não se tratava agora de se combater o muçulmano, mas de conquistar almas para o Reino de Deus.

Do ponto de vista da inserção dessas áreas na economia mundial, Puiggrós abraça a tese de Marx e Engels desenvolvida no Manifesto Comunista, e que se refere à importância do descobrimento da América, como agente de florescimento do capitalismo no Ocidente da Europa e a formação de um mercado internacional para a burguesia. Nesse sentido, para o autor, a Conquista frustrou o desenvolvimento do capitalismo na Espanha e deteve o avanço da burguesia<sup>12</sup>.

Já para Arnold S. Toynbee a «Syriac Pressure» foi a verdadeira causa da expansão castelhana para o Novo Mundo<sup>13</sup>. Essa tese foi contestada por Puiggrós, ao recordar que precisamente nesta época os árabes foram expulsos, viabilizando assim para os castelhanos a conquista do norte da África. Além disso, a «Syriac Pressure» foi relativa em relação ao comércio, pois não se deve esquecer que as rotas terrestres, embora secundárias, puderam ser utilizadas e que o comércio com o Oriente não era exclusivamente marítimo. Sucede que essas duas rotas, uma pelo norte que desembocava no Mar Negro, pela Sibéria, e outra que atingia o Golfo Pérsico pela Ásia Central, Turquestão e Irão, eram perigosas pelos assaltos, e também onerosas. E justamente essas dificuldades é que irão impulsionar as nações a procurar outros caminhos para o Oriente, contornando a África ou pelo Ocidente, como apresentou Colombo.

## BIBLIOGRAFIA.

- FAVIER, Jean. *De Marco Polo a Cristóvão Colombo. 1250-1492*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1980.
- HESPAÑHA, Antonio Manuel. *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa, Fundação Calouste Guibenkian, 1974.
- MARAVALL, Jose Antonio. *Estado Moderno y Mentalidad Social, siglos XV al XVII*. Madrid, Ed. Revista de Occidente, 1972, Tomos I e II.
- MORALES PADRÓN, F. *Historia de América*. Madrid, Espasa Calpe, 1962.
- \_\_\_\_\_, *Gran Enciclopedia de España y América*. Madrid, Espasa Calpe Argantonio, 1983.
- PUIGGRÓS, Rodolfo. *La España que conquistó al Nuevo Mundo*, México, B. Costa-Amic Editor, 1976.
- TOYNBEE, A.J. *A Study of History*. London, Oxford University Press, 1935. Tomos I e II.
- VIVES, Vicens. *Historia Social y Económica de España y América*. Barcelona, Editorial Vicens Vives, 1972.

---

12. Idem, ob. cit., p. 9. nota de rodapé n° 1.

13. Toynbee, A. J., ob. cit., vol II, pp. 204-206, 263.